



# XIII Colóquio Internacional "Educação e Contemporaneidade"



19 a 21 de Setembro de 2019 São Cristóvão/SE/Brasil

ISSN: 1982-3657 | PREFIXO DOI 10.29380

Recebido em: **21/05/2019**

Aprovado em: **09/06/2019**

Editor Respo.: **Veleida Anahi - Bernard Charlort**

Método de Avaliação: **Double Blind Review**

Doi: <http://dx.doi.org/10.29380/2019.13.10.06>

CRENÇAS EM ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO SOBRE AS IDENTIDADES SEXUAIS NO AMBIENTE ESCOLAR. BELIEFS IN HIGH SCHOOL STUDENTS ABOUT SEXUAL IDENTITIES IN THE SCHOOL ENVIRONMENT. CREENCIAS EN ESTUDIANTES DE ENSEÑANZA MEDIA SOBRE IDENTIDADES SEXUALES EN EL AMBIENTE ESCOLAR.

EIXO: 10. EDUCAÇÃO, CORPO, SEXUALIDADE, GÊNERO

ELSON SANTOS DE SOUZA, ELZA FRANCISCA CORREA CUNHA

---

O presente trabalho tem o objetivo de estudar as crenças em estudantes do ensino médio sobre as identidades sexuais. O instrumento utilizado caracterizou sociodemograficamente a amostra – cujos dados foram tratados pelo aplicativo *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) / 20. As questões subjetivas, interpretadas através da análise de conteúdo, resultaram em 04 categorias de respostas. Os resultados revelaram opiniões favoráveis à predisposição de manter contato com pessoas LGBTs, porém tenderam ao preconceito diante de manifestação de afetos entre eles/as, em público. Opiniões sobre tratamentos dispensados às pessoas LGBTs denunciaram preconceito social. Percebeu-se que a família e a escola se configuraram como as principais fontes de formação das opiniões da amostra sobre a população LGBT.

The present research aims to study the beliefs in high school students about sexual identities. The instrument used socio-demographically characterized the sample – whose data were processed by the application *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) / 20. The subjective questions, interpreted through content analysis, resulted in 04 categories of responses. The results revealed favorable opinions to the predisposition to contact LGBTs people, but tended to prejudice in the presence of affections among them in public. Opinions on treatments dispensed to people LGBTs reported social prejudice. It was perceived that the family and the school constitute the main sources of formation of the opinions of the sample about LGBTs people.

La presente investigación tiene como objetivo estudiar las creencias en los estudiantes de enseñanza media sobre las identidades sexuales. El instrumento utilizado caracterizó aspectos sociodemográficos de la muestra – cuyos datos fueron procesados por el *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) / 20. Las preguntas subjetivas, interpretadas a través del análisis de contenido, resultaron en 04 categorías de respuestas. Los resultados revelaron opiniones favorables a la voluntad de contactar a las personas LGBTs, pero tendían a prejuicio en la presencia de afectos entre ellos en público. Las opiniones sobre los tratamientos dispensados a las personas LGBTs han reportado prejuicios sociales. Se percibió que la familia y la escuela son las principales fuentes de formación de las opiniones de la muestra sobre las personas LGBTs.

## **INTRODUÇÃO**

O tema sexualidade humana se desdobra em um amplo espectro de discussões, especialmente quando transpassa questionamentos de uma prática afixada aos moldes tradicionais, que outrora negaram a espontaneidade das experiências do sujeito. Além disso, enfatiza-se que os comportamentos sexuais fora da norma, por muito tempo, foram compreendidos a partir de uma visão patológica.

O aspecto a ser analisado se refere à formação das identidades considerando a autoafirmação da sexualidade do sujeito. Autores como Deschamps e Moliner (2009, p. 09) explicam que a identidade é “um fenômeno subjetivo e dinâmico, que resulta de uma dupla constatação tanto de semelhanças quanto de diferenças entre o si próprio, os outros e certos grupos”. Neste sentido, a identidade está atrelada às características semelhantes que o sujeito percebe ter em comparação com pessoas de um grupo específico ou distintas, tendo neste último a necessidade de ter respeitada a sua singularidade.

Um fenômeno que merece destaque e que foi abordado por Botton et al (2015) denomina-se transgeracionalidade. Trata-se de um meio no qual a família nuclear transmite legados, valores e crenças para as gerações posteriores.

O estudo abrangeu a participação voluntária de estudantes do ensino médio noturno, entre 18 e 26 anos, de uma escola pública de Sergipe. A pesquisa qualitativa pretendeu obter informações por meio de opiniões sobre um fenômeno social. A coleta foi realizada através da aplicação de questionário semiestruturado, cuja primeira parte caracterizou sociodemograficamente a amostra.

A interpretação das informações subjetivas foi feita por meio de análise de conteúdo (BARDIN, 2011). A análise qualitativa dos dados permitiu a compreensão das opiniões dos participantes sobre a questão investigada, incluindo processos sociais e culturais envolvidos. O projeto da referida pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Sergipe (CAAE: 99796918.9.0000.5546).

## **SEXUALIDADE E AMBIENTE ESCOLAR**

A sexualidade, um aspecto importante que compõe a existência do indivíduo, expressa-se na puberdade mais intensamente. Além do mais, importa considerar o contexto no qual ela se insere, visto que a cultura é um fator que influencia todo o desenvolvimento das pessoas, sobretudo o sexual (CARIDADE, 1999, apud, MAHEIRIE, 2005).

Historicamente, observa-se que a noção que se tinha sobre a sexualidade, entre os séculos XIX e XX, inclinava-se para a sua divisão em sexo natural ou saudável e sexo patológico. As opiniões de profissionais de saúde da época indicavam que a sexualidade não tradicional era contemplada pelas perversões, sendo necessário buscar a cura para o problema. Esse plano ajudou a formar os movimentos de Higiene Mental e de Eugenia Social instituídos nas décadas de 1920 e 1930 (GREEN, 2003, apud, ARAGUSUKU; LEE, 2015).

Hoje, as sexualidades se inserem em um processo de expressão que, muitas vezes, rompe com modelos normativos. As variações de comportamentos, de desejos e as expressões de gênero dão visibilidade a categorias que antes eram mal vistas socialmente, como: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) (BRASIL, 2012).

Ao mesmo tempo, nota-se um aumento da violência contra essa população. Segundo Rieke (2017), as agressões verbais e físicas destinadas à pessoa de orientação homossexual, em ambiente escolar, por exemplo, contribuem para que o sujeito tenha a sua integridade menosprezada, gerando desconforto em detrimento do medo.

Para Natarelli (2015), a violência acomete a dinâmica social da pessoa, levando a prejuízos psíquicos, físicos e de ordem moral. Assim, temos a constituição da homofobia que é resultado de uma sociedade que se desenvolveu produzindo desigualdades entre as diferenças, podendo levar o sujeito a atitudes extremas, como: a ideia suicida e seu ato.

Lemos e Marback (2017) explicam que as dúvidas acerca da identidade sexual são frequentes e estão relacionadas a níveis mais altos de ansiedade nos jovens. Dentre alguns comportamentos associados verificam-se os relacionados a problemas com a imagem corporal e dificuldades para enfrentar a pressão sobre o desempenho escolar. A forma de socialização do estudante será definida através da aproximação de pessoas afins ou de distanciamento por algum aspecto que o faça se sentir diferente dos demais.

A amplitude da sexualidade é inumerável e de acordo com Louro (2001), as vivências sexuais permitem a construção das distintas identidades sexuais, as quais são influenciadas mutuamente pelas interações entre sujeitos no espaço social. Esse é um aspecto que na escola pode provocar a formação de normas resistentes às mudanças, além de reforçar tentativas de correção do que não é comum (VILLELA; KOEHLER, 2017).

Sobre processos de desconstrução, Cristo (2017) concorda que ao mesmo tempo em que a escola discute conceitos relacionados à desigualdade, diferenças e segregação, ela também legitima esses elementos, reproduzindo em seu currículo, nos modos de avaliar, na formação do corpo docente e nas relações que nela são construídas uma visão preconceituosa das diferenças sexuais. A escola funciona a partir de uma hierarquização, de separação de diferenças de classes, de gênero e fortalece a concepção de condutas masculinas e femininas. Isso pode resultar em uma construção simbólica e de práticas que dificultam o convívio com as singularidades, além de promover uma relação de poder que nega os sujeitos vistos como inadequados em virtude da orientação sexual e identidade de gênero.

Podemos entender a sexualidade alicerçada na concepção construcionista, que se configura como perspectiva social. Contesta-se a amplitude da explicação de um impulso sexual e critica-se a naturalização do comportamento definido apenas por determinantes biológicos (BORGES, 2009). Para Foucault, segundo Borges et al (2013), a sexualidade é entendida a partir de um construto social e histórico, movimentando-se nas relações entre pessoas e depende de cada cultura. Esses modos de viver e de construção das sexualidades são vistos em sua fluidez, contrária à noção fixa fundamentada sobre uma perspectiva biológica.

Um componente que desperta atenção é que, segundo Foucault (2017), a sexualidade se torna um dispositivo que funciona como rede, estabelecendo-se entre as pessoas, com o objetivo de preservar a função de controle populacional. Esse dispositivo submete a sociedade a um sistema coercitivo, por meio de atitudes e do discurso. O autor exemplifica que a igreja, até meados do século XVI, controlava a sexualidade através da obrigação do ato confessional. Essa dinâmica partiu de cima para baixo reafirmando a ideia de controle de quem detém o poder na sociedade sobre as pessoas.

O referido autor reflete sobre o preconceito na área sexual e expõe que a realidade como construção é empreendida pelo indivíduo mediante o uso da linguagem e do convívio com as demais pessoas. Não haveria uma causa linear para os conflitos humanos, mas sim diversas relações que se organizam em múltiplos contextos. Para ilustrar, ele apresenta que o preconceito pode ser entendido como um conjunto de relações firmadas na sociedade que legitimam um poder disciplinador sobre algumas pessoas, e a escola é um exemplo de dispositivo que reforça tal poder no discurso heteronormativo (FOUCAULT, 2006).

Segundo Cristo (2017), quando nos referimos ao contexto escolar, percebe-se a legitimação de normas sociais que levam à reprodução de maneiras de se vestir, de dialogar, de se comportar, de assumir uma posição e de tomar atitudes. Quando tais normas se concretizam na escola, surge um

obstáculo que dificulta a reflexão e discussão sobre o tema para além de uma abordagem biológica.

O papel da escola, não é o de fazer com que ela ensine às pessoas a serem aquilo que faz parte da singularidade delas. Sua função é desenvolver no estudante habilidades e competências para adentrar no universo do trabalho, promover a reflexão, a inclusão, a criticidade, o respeito e proporcionar um debate sobre diversas violências que ocorrem fora e dentro da escola, a exemplo da violência direcionada à população LGBT.

Importante debate a respeito da existência da diversidade sexual tem-se configurado, contemporaneamente, a partir do movimento *Queer* (SANTOS, 2017). Seus representantes acrescentam que além da existência das identidades sexuais, a diversidade também é vivenciada sobre as práticas sexuais. De outro modo, se o construcionismo buscou desconstruir a naturalização dos sexos, a teoria *queer* incorporou uma luta mais radical para problematizar a estabilidade das identidades sexuais, fundamentando-se em uma proposta teórica performática na qual o corpo, o sexo, o gênero e a sexualidade são vistos fora do sistema binário (BUTLER, 2003).

As identidades sexuais não normativas podem ser concebidas em contextos culturais onde variáveis convergem na direção dessas vivências. Ou seja, entende-se que há uma tensão nas relações entre sujeitos implicando dizer que situações estáveis e organizadas, tais como as vivências sexuais tradicionais, podem sofrer rupturas, sendo transformadas.

No Brasil, Louro (2008) escreve sobre a problematização da construção das sexualidades. Para a autora, tal fenômeno é processual, contínuo e infundável. Ela também questiona sobre “quem tem a primazia nesse processo?” e “que instâncias e espaços sociais têm o poder de decidir e inscrever em nossos corpos as marcas e as normas que devem ser seguidas?” (LOURO, 2008, p. 18). Tais perguntas são difíceis de serem respondidas, haja vista que a construção das sexualidades está inserida em um conjunto de práticas e de aprendizagens que formam as diferentes instâncias sociais e culturais.

## **SEXUALIDADE E IDENTIDADE**

Deschamps e Moliner (2009) explicam que a identidade social está relacionada com a integração do sujeito em determinado ambiente. A pessoa inserida em um grupo ou comunidade constrói uma noção de pertencimento, podendo também apresentar atitudes contrárias às normas estabelecidas. Neste sentido, importa verificar como as pertenças são tratadas entre os indivíduos de tais grupos.

Em conformidade com Silva e Soares (2014), observa-se que as identidades na contemporaneidade têm sido construídas em um contexto de normalização, onde sentimentos, desejos, atitudes e formações sociais são, de certo modo, limitados. Entende-se que sujeitos e grupos acabam sendo produzidos mediante regras que dificultam experiências particulares.

Com relação à sexualidade, os sentidos atribuídos a ela mudaram ao longo das gerações. Contudo, apesar de na atualidade as experiências sexuais permitirem maior liberdade que em outros momentos, ainda é forte a presença clandestina dessas vivências, o que pode ser explicado pelo controle que alguns grupos ou instituições buscam ter sobre as atitudes vistas como transgressoras aos padrões normativos. Deste modo, “o crescimento da visibilidade das diferentes orientações sexuais e das diferentes posições de gênero traz consequências na vida de todos” (SILVA; SOARES, 2014, p. 143) justamente por desestabilizar o que se apresenta moralmente instituído.

A formação da identidade social surge das experiências socializadoras que podem ocorrer, por exemplo, no contexto familiar. Assim, o fenômeno da transgeracionalidade terá importante função ao transmitir o que a família julga essencial para os membros das gerações seguintes. Averigua-se que o indivíduo é produto dos valores, normas e regras provenientes da família (BOTTON et al, 2015).

Na formação da identidade, outro espaço que se constitui de grande importância é a escola, ambiente que seria ideal para o debate dos temas sociais e especialmente dos temas sexuais, a exemplo das identidades sexuais, questões de gênero e diversidade. Esses conteúdos vêm no sentido de promover a capacidade crítica dos estudantes. É fundamental refletir sobre o espaço escolar como um lugar para se produzir um discurso com menos preconceito ao tratar desses temas. Contudo, de acordo com Nogueira e Almeida (2011), há uma tendência de a escola ainda direcionar as discussões sobre sexualidade para a área da saúde, atentando-se aos aspectos reprodutivos e de saúde sexual. Com passos ainda modestos, observa-se que a escola oculta a chance de refletir sobre um fenômeno da natureza humana que ultrapassa o aspecto biológico e gera alguns problemas, tais como o reforço do preconceito.

O padrão heteronormativo tem o seu lugar no foco do debate na escola, favorecendo possíveis preconceitos por parte de um grupo sobre outro. Essa superioridade pode fortalecer o sofrimento psíquico de algumas pessoas e contribuir para o surgimento de transtornos mentais, o que inclui isolamento social e comportamentos suicidas (GHORAYEB, 2012).

Enquanto instituição social, a função da escola ainda é atravessada pela predominância de valores morais e códigos validados socialmente, os quais tornam muitas questões sobre sexualidade invisíveis. A situação resulta na dificuldade de reconhecer as diferenças, quanto às identidades sexuais, e nas ações que inviabilizam um diálogo maior sobre o presente tema, ocasionando a exclusão de alguns sujeitos (FERREIRA, 2017).

Segundo Deschamps e Moliner (2009), o sentimento de pertença que reforça a noção de identidade pode ser visto como um caminho feito no sentido de alcançar um lugar no grupo, mas também de se diferenciar. Logo, a identidade é um fenômeno complexo e (re) atualizado, resultando da interação entre afinidades e diferenças, entre o próprio sujeito e as pessoas com as quais convive.

A instabilidade das identidades aponta para a afirmação de si próprio, problematiza os conflitos e lança possíveis reflexões sobre como desconstruir crenças negativas direcionadas a alguns grupos e estudantes. Em outras palavras “são nas próprias práticas cotidianas que se constroem formas de viver a sexualidade e o gênero e são também nessas práticas que se geram possibilidades criativas e inovadoras” (SILVA; SOARES, 2014, p. 144). Desta maneira, é um processo inacabado e refeito a todo o momento.

A sexualidade por ser parte constituinte do ser humano é por meio dela que o sujeito passa a conhecer o seu corpo como espécie de território. Ademais, caberia à escola a função de apresentar informações mais seguras, de forma crítica e científica sobre as questões sexuais. Para Ribeiro (2017), a escola é o lugar onde não deveriam prevalecer julgamentos, visto que é um espaço de construção de conhecimento.

A partir do exposto, a noção de identidade social está fundamentada nas posições que o sujeito adota no emaranhado de sentidos existentes na sociedade e na ideia de pertencimento a um grupo de referência ou de se diferenciar. No que tange aos processos identitários sobre identidades sexuais, verificam-se inúmeras formas de expressá-las, de senti-las e de experienciá-las (MADUREIRA; BRANCO, 2007).

## **MÉTODOS**

A amostra contou com a participação voluntária de 28 estudantes do ensino médio noturno, de uma escola pública de Aracaju/SE. Após o aceite da direção da escola para realização da pesquisa, os estudantes foram convidados a participar do estudo e receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) em duas vias, a ficha de dados sociodemográficos e o questionário semiestruturado – com aplicação coletiva. Para a frequência e o percentual dos dados foi utilizado o

*Statistical Package for the Social Sciences (SPSS)-20*. Por outro lado, a interpretação das informações subjetivas foi realizada através da análise de conteúdo (BARDIN, 2011).

O questionário contou com perguntas sociodemográficas e sobre a opinião da amostra em relação à presença de alunos LGBTs no ambiente escolar. O objetivo do instrumento foi caracterizar a amostra sociodemograficamente (sexo, idade, etnia, religião, estado civil, série e a presença de pessoas LGBTs no ciclo de amizades) e analisar 04 blocos de questões sobre o referido tema.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dos 28 estudantes que participaram da pesquisa, 57,1% eram do sexo masculino e 42,9% do sexo feminino. Em relação à série, 64,3% cursavam o 3º ano, 32,1% o 2º ano e 3,6% o 1º ano. As idades variaram entre 18 e 26 anos.

Quanto à etnia, 14,3% se declararam pretos/as, 64,3% se declararam pardos/as, 14,3% brancos/as e 7,1% afirmaram-se amarelos/as. Sobre a religião, 28,6% dos estudantes se declararam católicos/as e a maioria, 35,7%, mencionou ser evangélica. Em relação ao estado civil, 75% disseram estar solteiros/as. Quando questionados sobre ter amizades com pessoas LGBTs, 89,3% afirmaram possuir amizade e 10,7% disseram não ter.

Família e escola apresentaram fortes influências na formação das crenças dos estudantes. A opção “família” foi marcada por 32,1% dos estudantes. Em comparação com a escolha da “escola”, esta foi marcada por 35,7%. Apenas 21,4% escolheram a opção “outros”, sendo atribuída a esta influências provenientes do convívio com amigos, análise pessoal de uma dada situação e experiência particular. Surgem também duas variáveis, onde 7,1% dos participantes optaram por marcar “família” e “outros”, e 3,6% escolheram “família” e “escola”. Considerando esses dois últimos percentuais, a família apresentou uma influência maior que a escola.

Com relação às respostas coletadas, os resultados forneceram 08 categorias de análise, sendo 04 discutidas neste trabalho. São elas: *Opinião sobre tratamentos dispensados aos LGBTs*, *Crenças sobre a constituição das identidades sexuais não hegemônicas*, *Predisposição para executar tarefa com um/a colega homossexual* e *Opinião sobre demonstração de afeto entre LGBTs na escola*.

**Categoria 1: Opinião sobre tratamentos dispensados aos LGBTs** - Esta categoria objetivou compreender o que pensam os estudantes sobre como LGBTs são tratados. A amostra identificou diferenças na forma de tratamento direcionada a esse público em comparação ao que é direcionado às pessoas de orientação heterossexual. A categoria apresenta duas direções de respostas: em uma delas encontram-se opiniões sobre a presença de distinção entre os tratamentos dispensados aos LGBTs e à população heterossexual. Em contrapartida, as demais respostas informam não haver diferença, incluindo, em alguns casos, algumas que afirmam nunca ter presenciado atitudes hostis voltadas às pessoas LGBTs.

Alguns depoimentos que sugerem diferenças na forma de tratamento, em um contexto no qual o preconceito está inserido, são: “hoje em dia existem muitas pessoas com preconceitos contra eles” (aluno, 21 anos, 3º ano, evangélico); “as pessoas não sabem respeitar a escolha de vida deles e ficam criticando e zoando” (aluna, 19 anos, 2º ano, católica); “o preconceito, às vezes, é até discreto em certas situações e a forma como tratam os que são considerados anormais é diferente, colocando vários obstáculos” (aluno, 20 anos, 3º ano, sem religião); “existem no meio escolar sempre as brincadeiras” (aluno, 21 anos, 3º ano, evangélico); e “sempre têm e terá olhares tortos” (aluno, 18 anos, 3º ano, sem religião).

Por outro lado, algumas repostas que opinaram sobre não haver diferença, ser algo incomum e não

ter presenciado quaisquer situações de hostilidade contra a população LGBT, são: “nunca presenciei nenhum ato discriminatório contra essa classe em ambiente escolar” (aluna, 18 anos, 2º ano, católica); “raramente isso acontece” (aluno, 20 anos, 2º ano, sem religião); “não presenciei ou ao menos soube que houve tratamento difamatório ou diferente” (aluno, 20 anos, 3º ano, evangélico); “não vejo diferença alguma pelo menos na escola” (aluna, 20 anos, 2º ano, católica); e “pelo menos aqui nessa escola vejo todos serem tratados por igual” (aluno, 22 anos, 2º ano, católico).

As respostas trouxeram uma percepção bastante crítica da amostra. Os estudantes entendem que há uma linha tênue marcada pelo preconceito que delimita a relação entre sociedade e pessoas LGBTs. Observamos que alguns participantes identificam a presença de tratamento diferenciado que coloca à margem social as/os LGBTs. As opiniões demonstram que a falta de respeito, as brincadeiras e as atitudes mais agressivas são tratamentos comuns destinados às/aos LGBTs.

De outro modo, determinados relatos sinalizaram a visão de que não há tratamento dispensado à população LGBT diferente do que é visto em relação à população heterossexual. Além disso, alguns respondentes opinaram sobre nunca terem presenciado, no cotidiano escolar, um tratamento desigual.

Considerando as opiniões reproduzidas, a maior parte dos participantes demonstrou que o preconceito é a principal crença negativa responsável por delimitar um espaço que coloca as/os LGBTs em um lugar diferente do que quem não é LGBT ocupa. Observou-se uma preocupação com a existência do preconceito. O resultado mostra que as relações em sociedade são erguidas em meio a conflitos por conta das diferenças entre sujeitos. No que se refere às identidades sexuais é perceptível a tentativa de disciplinarização das pessoas que não se adequam à norma (FOUCAULT, 2006). Em outras palavras, o preconceito muitas vezes exige que as pessoas LGBTs vivenciem uma determinada situação para que não se tornem ainda mais vítimas de pensamentos e de atitudes negativas.

Madureira (2000) explica que as experiências do ser humano fazem parte de culturas estruturadas e isso continuamente regula práticas individuais em função do que as demais pessoas julgam o que pode e não pode ser feito. Neste sentido, em relação às identidades sexuais, aquilo que não segue a regra social passa por uma espécie de julgamento, sendo, provavelmente, desqualificado como tal, o que gera preconceito e discriminação, fato que resulta sofrimento psíquico, a exemplo da ansiedade, depressão, sentimento de culpa e vergonha.

Refletir sobre a desconstrução de algumas crenças sobre as identidades sexuais não normativas exige que pensemos em maneiras que possam amenizar situações preconceituosas voltadas para as pessoas LGBTs. Em vista disso, segundo Pereira (2009), o preconceito se torna concreto na medida em que há uma norma que faz com que os indivíduos se sintam pressionados a cumpri-la, fazendo sentido que desconstruir tais normas seria um modo de diminuí-lo.

***Categoria 2: Crenças sobre a constituição das identidades sexuais não hegemônicas*** - Esta categoria objetivou descobrir quais as crenças que os estudantes tinham a respeito do que levou a pessoa a ter uma orientação sexual ou identidade de gênero distinta da heterossexual.

Seguem alguns relatos que compõem esta categoria: “eu acho que muitos já nascem assim, já outros porque querem outro tipo de diversão” (aluna, 24 anos, 3º ano, evangélica); “muitas dizem que é por causa do sofrimento do casamento que não deu certo e outras dizem que na infância sofreram abuso e ficaram indecisas quando adultas” (aluna, 26 anos, 3º ano, evangélica); “acredito que é apenas um comportamento e que pode ser mudado” (aluno, 20 anos, 3º ano, evangélico); “é por opção ou convívio” (aluno, 20 anos, 3º ano, outra: cristão); e “por conta do meio onde os mesmos convivem, por não ter um apoio familiar, a falta de um pai na relação, a falta de uma mãe” (aluno, 18 anos, 3º ano, evangélico).

Uma análise mais criteriosa permite que identifiquemos crenças relacionadas à ideia de que o sujeito

escolhe sua orientação sexual e que sua sexualidade é definida pelo convívio, de que o comportamento sexual pode ser modificado e que um trauma teria sido determinante na formação da identidade sexual. Essas explicações se apresentam como ideias propagadas a partir daquilo que um grupo maior traz do senso comum. Alguns relatos indicam dificuldades para se pensar na sexualidade enquanto fenômeno em que as descobertas são individuais e fazem parte de um processo de amadurecimento do sujeito. Ainda, os relatos apontam dificuldades para argumentar, desinformação e atribuem motivos ou causas retiradas do senso comum para explicar o fenômeno que eles consideram diferente do que vivenciam.

A partir do exposto, é possível entender a sexualidade como um fenômeno que se revela na adolescência, no momento em que o corpo dá sinais de mudanças físicas (LEMOS; MARBACK, 2017). É nesse período que a orientação e a identidade de gênero aos poucos se fortalecem, rompendo com a noção de sexualidade que se tem em termos biológicos, alcançando uma perspectiva que inclui os afetos. Os autores destacam que essa descoberta é um processo individual e que é importante o sujeito ter acesso a informações sobre o que acontece com o seu próprio corpo e sobre o desejo, assim como ter acesso à saúde, tendo em vista as peculiaridades de cada pessoa.

É também necessário destacar o modo como o tema é (re) produzido em lugares nos quais ainda é forte a legitimação da desigualdade sobre as diferenças sexuais. Deste modo, a escola enquanto local de reflexão, de construção de conhecimento e de formação do sujeito para o convívio em sociedade, ainda é um lugar de contradições. Ela é o lugar que partilha uma hierarquia que alcança a própria questão relacionada com a sexualidade, como também as diferenças de classes, de gênero e temáticas sobre comportamentos atribuídos ao que é masculino e ao que é feminino (CRISTO, 2017).

O autor acima citado explica que diante da construção simbólica que atravessa todos esses temas, a consequência se concretiza através da promoção de relações de poder que dificultam o diálogo entre questões tão emergentes. Assim, ao levarmos em conta os relatos, o que se constata é que a própria educação pode não estar conseguindo lidar com esse tipo de conteúdo, e a escola acaba se eximindo de um papel fundamental que é formar o estudante para que este não permaneça preso a opiniões desprovidas de base científica sobre a sexualidade. Cristo (2016) ainda argumenta que no contexto escolar normas se legitimam e podem impossibilitar que alguns estudantes expressem sua sexualidade, além de dificultar o lugar de permanência deles, tendo em vista que a reprodução da norma recai sobre a vestimenta, sobre o diálogo, condutas e posicionamentos a respeito de temáticas distintas.

Ainda sobre a sexualidade, Foucault (2017) a entende como um dispositivo que faz com que ela funcione em uma rede. Nessa rede, as pessoas se encontram, cada uma em seu lugar, de certa forma sendo controladas por um sistema coercitivo, onde, para isso, são utilizados o discurso e as atitudes. É assim que a escola parece funcionar, quando não promove uma discussão sobre as diversas sexualidades, inviabilizando que os estudantes tenham acesso a um conhecimento mais amplo, reduzindo-o ao senso comum.

***Categoria 3: Predisposição para executar tarefa com um/a colega homossexual*** - Esta categoria mostrou a predisposição de trabalhar com uma pessoa homossexual. O participante leu uma pequena cena onde ele teria que realizar uma tarefa com um colega do mesmo sexo e que fosse assumidamente homossexual. Ele foi questionado se faria, marcando “sim” ou “não” e, em seguida, justificaria a sua resposta.

Seguem alguns relatos desta categoria: “independente de qualquer coisa o que vale é o respeito ao próximo” (aluno, 21 anos, 3º ano, evangélico); “tanto eu faria como ficaria sozinho com ele (a) numa boa, independente da sexualidade o que vale é o respeito e caráter” (aluno, 21 anos, 3º ano, evangélico); “sem problema algum trato eles iguais porque não sou melhor nem pior que ninguém” (aluno, 19 anos, 3º ano, sem religião); “eu não o veria como ameaça, nem ficaria com medo, nem com preconceito” (aluna, 18 anos, 1º ano, evangélica); e “não levo as coisas para o modo do

preconceito, ele é uma pessoa normal, como qualquer outra” (aluno, 20 anos, 3º ano, sem religião).

Todos os relatos sugeriram uma predisposição positiva para executar a tarefa proposta. Os participantes relataram que na situação exposta o respeito, as atitudes não discriminatórias e enxergar a pessoa de orientação homossexual como alguém que não apresente algum tipo de ameaça, são fatores que predis põem a interação.

A partir dos relatos, observamos que a aceitação das identidades sexuais pode estar ligada ao modo como a sexualidade é exteriorizada. Isso significa dizer que, a depender de como o sujeito se comporta socialmente, fazer uma simples atividade em sala de aula não será um problema porque despertará menos olhares de julgamentos quando comparados aos olhares direcionados às pessoas cujo comportamento se distancia da norma ou quando há demonstração de afeto em público, categoria analisada a seguir. Se, por um lado, manifestar a sexualidade abertamente pode ser visto por alguns como algo que não é um problema, para outros a manifestação aberta pode despertar e agravar um sentimento mais negativo por parte das pessoas próximas.

Deschamps e Moliner (2009) argumentam que o sentimento de pertença pode reforçar uma noção de identidade. Isso é importante na medida em que se uma pessoa LGBT se percebe acolhida em uma atividade escolar, em dupla, em trio ou em grupo, esse movimento fará com que ela se reconheça como alguém que possui um lugar importante naquele contexto, que é respeitada como qualquer pessoa, independente de sua orientação sexual, identidade de gênero ou expressão de gênero.

As identidades sexuais não normativas constituem um fenômeno complexo, ainda mais ao considerarmos um tempo e um espaço nos quais o fenômeno é pensado. A expressão das identidades sexuais, a partir de seu aspecto contextual, passa por atualizações constantes, sendo resultado de inúmeras interações entre diferenças e afinidades, entre o sujeito e o grupo com o qual vive (DESCHAMPS; MOLINER, 2009). Além do mais, se entendermos por crença uma cognição elaborada pelo sujeito a respeito de um objeto qualquer, conforme explicam Mendonça e Lima (2014), entenderemos que o componente cognitivo constrói tanto atitudes mais sociais, como produz maior aproximação entre as pessoas.

***Categoria 4: Opinião sobre demonstração de afeto entre LGBTs na escola*** - Esta categoria se referiu às opiniões dos estudantes sobre a demonstração de afeto em público por pessoas LGBTs. Identificamos dois grupos de respostas, aquelas que são favoráveis e aquelas desfavoráveis.

Algumas opiniões contrárias à demonstração de afetos foram: “eu acharia uma falta de respeito aos outros colegas, escola é lugar de aprender” (aluna, 24 anos, 3º ano, evangélica); “que eles respeitem as crianças que estão ali vendo isso acontecer” (aluno, 21 anos, 3º ano, evangélico); “não concordo, é um lugar público que pode ter até criança e têm outros lugares pra fazer esse tipo de coisa” (aluna, 26 anos, 3º ano, evangélica); “eles podiam tentar ser mais resguardados” (aluno, 19 anos, 3º ano, sem religião); e “acho constrangedor” (aluna, 19 anos, 2º ano, sem religião).

Os participantes que opinaram não haver problema manifestar afeto em público – tais como abraços e beijos – e que se fosse necessário impedir a regra teria que valer, também, para casais heterossexuais na mesma situação, relataram: “normal, mas tem hora e lugar para isso” (aluno, 20 anos, 3º ano, outra: cristão); “é diferente, mas eles (as) se gostam, não podemos impedir, como nós temos direitos de demonstrar afeto, eles também têm” (aluna, 18 anos, 1º ano, evangélica); “acho a mesma coisa que acho de um casal heterossexual, em um lugar público não seria legal se fazer isso” (aluna, 19 anos, 3º ano, sem religião).

As repostas contrárias à demonstração de afeto sinalizaram o oposto na categoria sobre a *Predisposição para executar tarefa com um/a colega homossexual*. Nessa, o participante se mostrou mais aberto à diversidade sexual. Em contrapartida, quando a situação se refere aos afetos entre LGBTs em espaços públicos, a exemplo da escola, as respostas indicaram intolerância,

constrangimento de que esses afetos sejam vistos por crianças e a falta de respeito da população LGBT. Enquanto essas opiniões prevaleceram, poucos relatos enfatizaram que tanto para casais homossexuais quanto para heterossexuais manifestar publicamente afetos é constrangedor.

A dificuldade de presenciar afetos entre LGBTs é permeada por crenças que fazem com que o sujeito se perceba na condição para autorizar ou não esses comportamentos em ambiente público. Esse tipo de crença sobre como tais sexualidades se apresentam define a concepção de dominação simbólica, caracterizada por Bourdieu (1999) como um ocultamento de determinados grupos em função da maneira como eles se expõem. Em outras palavras, caso dois rapazes troquem carícias, ainda que somente um abraço, isso já justifica a necessidade de coibir esse tipo de comportamento.

Segundo Rieke (2017), os ataques verbais e/ou físicos direcionados à pessoa de orientação homossexual, por exemplo, que manifesta sua sexualidade no contexto escolar, funcionam como gatilho para que ela seja julgada negativamente. Desta forma, surgem diversos problemas tais como brincadeiras, piadas, isolamento, os quais talvez não ocorressem caso houvesse uma mudança de crenças a respeito da exposição de afetos, que é permitida para uns e para outros é proibida.

A violência é psicológica e social, concentra-se nas crenças, falas e atitudes construídas no cotidiano, afetando as singularidades na forma de negação, onde um lugar de exceção é criado para colocar a pessoa LGBT. Para Felicíssimo (2014), tais atitudes são financiadas por uma construção social que oprime, priva determinados desejos e escolhas sobre como cada pessoa quer se expressar, por meio de seu corpo, e que não autoriza a afetividade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Observou-se que a maioria dos estudantes tem entre 18 e 21 anos, é de etnia parda, evangélica e solteira. Os relatos sobre ciclo de amizades com LGBTs mostraram aceitação para o convívio com pessoas de orientação sexual e identidade de gênero não tradicional.

Em relação às opiniões sobre os tratamentos recebidos por LGBTs comparados à população heterossexual, as respostas dividiram-se em dois grupos. Uma parte dos estudantes demonstrou que todas as pessoas são tratadas da mesma maneira e a maioria expôs que há diferenças, advertindo que nesses relacionamentos o preconceito é evidente.

A respeito das crenças sobre como se constituem as identidades sexuais, prevaleceram respostas oriundas do senso comum. Não houve respostas que sugerissem uma visão preconceituosa, mas os relatos indicaram possíveis traumas de infância e vivências amorosas negativas anteriores, por parte das pessoas LGBTs, por exemplo, como causadores da constituição das identidades sexuais não normativas.

Na categoria sobre predisposição para executar tarefa com um/a colega homossexual, majoritariamente, a amostra se mostrou aberta para essa atitude, não criando obstáculos para um contato na escola com estudantes LGBTs. Entretanto, desperta atenção o fato de os respondentes analisarem, de modo negativo, a demonstração de afeto em público. Portanto, essas duas categorias se apresentaram em extremos no presente estudo.

A hipótese da pesquisa, inicialmente, apontou que o aspecto transgeracional seria mais significativo na formação das opiniões ou crenças. Contudo, a influência da escola também se mostrou relevante, seja na construção de ideias mais esclarecidas sobre o tema sexualidade, seja reduzindo a discussão ao que se propaga no senso comum. De fato, confirmou-se que a família nuclear difunde legados, valores e crenças para as gerações posteriores, inclusive as de origem sexual. Isso revela que a educação intrafamiliar constrói crenças que são propagadas em outros lugares, como na escola, e ambas não agregam valores sociais de difusão de novas ideias e novos saberes relacionados às

identidades sexuais não normativas.

Propõe-se refletir sobre intervenções que objetivem discutir as categorias que se mostraram mais relacionadas às crenças preconceituosas. Avalia-se que o envolvimento da comunidade escolar é benéfico para desconstruir crenças contrárias aos grupos não hegemônicos, que geram violências sociais. Estudos posteriores podem acrescentar desdobramentos, a respeito do que pensam os estudantes em termos de solução para desconstruir crenças e atitudes preconceituosas, assim como comparar as crenças entre estudantes da rede pública e particular de ensino.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGUSUKU, H. A.; LEE, H. de O. A psicologia brasileira e as políticas lgbt no conselho federal de psicologia. **Revista Gestão & Políticas Públicas**, vol. 5(1), 2015, pp. 131-154. Acesso: 20 mai. 2018. Disponível em:  
<http://www.revistas.usp.br/rgpp/article/view/125153/130279>

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BORGES, L. S. (Homo) sexualidades e formação profissional: desafios para a psicologia. **Revista Eletrônica de Psicologia e Políticas Públicas**, vol.1, nº1, 2009. Acesso em: 22 jul. 2018. Disponível em:  
<http://www.crp09.org.br/NetManager/documentos/v1n1a9.pdf> .

BORGES, L. S. et al. Abordagens de Gênero e Sexualidade na Psicologia: Revendo Conceitos, Repensando Práticas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 33(3), 2013, pp. 730-745. Acesso: 20 mai. 2018. Disponível em:  
<http://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n3/v33n3a16.pdf> .

BOTTON, A. et al. Os papéis parentais nas famílias: analisando aspectos transgeracionais e de gênero. **Pensando Famílias**, 19(2), Porto Alegre, dez. 2015, pp. 43-56. Acesso: 02 jul. 2018. Disponível em:  
<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v19n2/v19n2a05.pdf> .

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio & Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. 32 p. ISBN 978-85-334-144-5. Acesso: 15 ago. 2018. Disponível em:  
<http://bibspi.planejamento.gov.br/handle/itemid/387> .

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

**CRISTO, H. S. de. Os mecanismos de poder na educação de corpos e mente: uma reflexão à luz das teorias bourdieanas e foucaultianas na contemporaneidade. Revista COCAR, Belém, v.10, n.20, p. 296 a 316 – Ago./Dez. 2016. ISSN: 2237-0315. Acesso em: 29 mai. 2017. Disponível em: <https://paginas.uepa.br/seer/index.php/cocar/index> .**

**CRISTO, H. S. de. Estado, sociedade e educação: a escolarização de corpos e mentes na produção de masculinidades e feminilidades. Revista Espaço Acadêmico, n. 188, ano XVI, janeiro, 2017. ISSN 1519-6186. Acesso em: 21 abr. 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/31911/18143> .**

**DESCHAMPS, J. C.; MOLINER, P. A identidade em psicologia social: dos processos identitários às representações sociais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009, 198 p.**

**FELICÍSSIMO, M. Re(a)presentações da homofobia e da homossexualidade: um estudo discursivo a partir de vídeos do kit “escola sem homofobia”. Tese (Doutorado em Linguística do Texto e do Discurso). Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte, 2014. Acesso em: 07 jun. 2018. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/MGSS-9LZPAY> .**

>

**FERREIRA, L. M. Gênero e sexualidade na escola: percepções e crenças de professores. Centro Universitário de Brasília-UniCEUB: Brasília, 2017. Acesso em: 31 mai. 2018. Disponível em: <http://repositorio.uniceub.br/bitstream/235/11496/1/21497461.pdf>**

**FOUCAULT, M. História da sexualidade: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edição Graal, 2006.**

**FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2017.**

**GHORAYEB, D. B. Homossexualidades na adolescência: aspectos de vida, religiosidade e identidade psicossocial. Tese (Doutorado em Ciências Médicas). Universidade Estadual de C**

ampinas, Faculdade de Ciências Médicas, 2012. Acesso em: 29 jan. 2019. Disponível em: [http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/309446/1/Ghorayeb\\_DanielaBarbetta\\_D.pdf](http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/309446/1/Ghorayeb_DanielaBarbetta_D.pdf)

**LEMOS, P; MARBAC**

**K, R. Identidade na adolescência: compreendendo a sua forma e repercussões. Revistas UNIFACS, v. 16, 2017. ISSN: 1517-2112. Acesso: 20 abr. 2018. Disponível em: <http://www.revistas.unifacs.br/index.php/sepa/article/view/4862/3303> .**

r>

**LOURO, G. L. Teoria Queer: uma política pós identitária para a educação . Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf> .**

**LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. Pro-Posições, v. 19, n. 2 (56) &ndash ; mai./ago., 2008. Acesso em: 20 abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n2/a03v19n2.pdf> .**

**MADUREIRA, A. F. do A. A construção das identidades sexuais não-hegemônicas: Gênero, linguagem e constituição da subjetividade (Dissertação de mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, DF, Brasil), 2000.**

**MADUREIRA, A. F. do A.; BRANCO, A. U. de A. Identidades sexuais não-hegemônicas: processos identitários e estratégias para lidar com o preconceito. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília, Jan-Mar, vol. 23, n. 1, 2007, pp. 81-90. Acesso: 20 abr. 2018. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v23n1/a10v23n1.pdf> .**

**MAHEIRIE, Kátia et al. Oficinas sobre sexualidade e com adolescentes: um relato de experiência. Psicologia e em Estudo, Maringá, v. 10, n. 3, p. 537-542, set./dez. 2005.**

**MENDONÇA, A. P**

**; LIMA, M. E. O. Representações sociais e cognitivas do social. Psicologia e Saber Social, 3(2), 2014, p. 191-206. Acesso em: 03 jun. 2018. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/14470/10949> .**

**NATARELLI, T. R. P.**

et al. O impacto da homofobia na saúde do adolescente. *E scola Anna Nery*, v. 19, n. 4. Rio de Janeiro Out. – Dec., 2015. Acesso em: 30 abr. 2018. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ean/v19n4/1414-8145-ean-19-04-0664.pdf> .

**NOGUEIRA, J. de A.; ALMEIDA, S. A. de.**

Diversidade sexual no contexto escolar: percepção e atitudes dos educadores. *Cienc. Cuid. Saúde*, jul. / set., 10(3), 2011, pp. 459-466. ISSN 1984-7513. Acesso em: 20 abr. 2018. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/10773/pdf.</p></p>>

**PEREIRA, A. S. L. S.**

ng>Normas sociais, crenças sobre a natureza da homossexualidade e preconceito contra homossexuais. Tese (Doutorado em Psicologia Social e Organizacional). Instituto Universitário de Lisboa &ndash; ISCTE, Lisboa, 2009. Acesso em: 08 jun. 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/2784>

>RIBEIRO, J. P. R. A utilização da psicoeducação no processo de ensino-aprendizagem sobre gênero e sexualidade no ensino fundamental. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. ISSN 2179-510X.

**RIEKE, M. M. T. Memórias**

as de Gênero: as lembranças escolares de homossexuais. Monografia (Especialização em Gênero e Diversidade na Escola). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Florianópolis, SC, 2017, 59 p. Acesso em: 30 abr. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/173925> .

**SANTOS, W. S. Teoria queer e educação**

para uma abordagem não normalizadora. *Rev. Sem Aspas*, Araraquara, v.6, n.2, p. 183-196, jul./dez., 2017. Acesso em: 16 fev. 2019. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/semaspas/article/view/8224/7214> .

**SILVA, R. A.; SOARES, R. Sexualidade e identidade no espaço escolar: notas de uma atividade em um curso de educação à distância. Educar em Revista**, Curitiba: Editora UFPR, n. 1, 2014, pp. 135-151. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/nspe-1/a10.pdf> .

**VILLELA, J. de S.; KOEHLER, S. M. F. Homofobia e educação: um estudo sobre a percepção do preconceito numa população de estudantes do ensino superior. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis,**

**2017, ISSN 2179-510X.**